

Sumário

Nota dos autores à 18ª edição	23
Nota dos autores à 10ª edição	25
Prefácio.....	29
Capítulo 1 ► Audiência de instrução e julgamento	33
1. Conceito e generalidades	33
2. Conteúdo e estrutura	35
2.1. Considerações iniciais.....	35
2.2. Abertura da audiência. Pregão inicial.....	36
2.3. Tentativa de autocomposição.....	37
2.4. Produção das provas orais.....	38
2.5. Alegações finais. Memoriais (razões finais escritas).....	39
2.6. Sentença.....	40
2.7. Conversão do julgamento em diligência	40
3. Documentação da audiência. Lavratura do termo de audiência.....	41
4. Designação, antecipação e adiamento da audiência de instrução e julgamento	42
5. A unidade e continuidade da audiência. Casos excepcionais de suspensão.....	45
6. A AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	46
Capítulo 2 ► Teoria geral da prova e parte geral do Direito probatório.....	51
1. Noções introdutórias	51
2. Acepções da palavra “prova”	52
3. Meios e fontes de prova	53
4. O direito fundamental à prova. Relação entre o princípio do contraditório e o direito à prova	54
5. Classificação da prova	57
6. Prova e busca da verdade.....	58
7. Finalidade da prova	64
8. Destinatário da prova	66
9. Objeto da prova	67
9.1. Observação preliminar	67

9.2.	Características do fato probando	68
9.2.1.	Controvérsia.....	68
9.2.2.	Relevância.....	68
9.2.3.	Determinação.....	69
9.3.	Fatos que independem de prova (art. 374, CPC).....	69
9.3.1.	Fato notório.....	69
9.3.2.	Afirmado por uma parte e confessado pela parte adversária ou admitido no processo como incontroverso	71
9.3.3.	Fatos em cujo favor milita presunção legal de existência	71
9.3.3.1.	Conceito de presunção legal	71
9.3.3.2.	Presunções legais absolutas. As ficções jurídicas.....	72
9.3.3.3.	Presunções legais relativas	73
9.3.3.4.	Um caso específico de presunção legal relativa: a recusa da parte a submeter-se a exame genético	74
9.3.3.4.1.	O art. 232 do Código Civil, o par. ún. do art. 2º-A da Lei n. 8.560/1992; o enunciado n. 301 da súmula do STJ	74
9.3.3.4.2.	A aplicação dessas regras nas ações de investigação de paternidade/maternidade e de investigação de ascendência genética.....	77
9.3.3.5.	A necessidade de construção do conceito de presunções normativas. As presunções negociais	79
9.4.	Prova da fonte normativa e prova da interpretação das fontes normativas (“prova do Direito”)	80
9.5.	Prova de fato ocorrido no estrangeiro	81
10.	Regras da experiência, indícios e presunções.....	81
10.1.	As regras da experiência.....	81
10.1.1.	Generalidades	81
10.1.2.	Espécies de regras da experiência.....	83
10.1.3.	Distinção entre regra da experiência e fato notório	84
10.1.4.	Funções da regra da experiência.....	84
10.2.	Indícios e presunções judiciais	85
10.2.1.	Indícios	85
10.2.2.	A relação entre os indícios, as regras da experiência e as presunções	86
10.2.3.	Presunções judiciais (simples, comuns ou “hominis”).....	89
10.2.4.	A prova prima facie.....	90
10.2.5.	Prova por amostragem.....	93
10.2.6.	Prova de uma história	98
11.	Procedimento probatório	98
12.	Natureza jurídica das normas sobre prova.....	100
13.	Normas estruturantes do direito probatório	104

13.1. Poderes instrutórios do juiz. Considerações sobre o garantismo processual	104
13.2. Aquisição processual da prova	115
13.2.1. Generalidades. A homogeneidade da eficácia probatória	115
13.2.2. Relevância de saber quem promoveu a produção da prova	116
13.3. Atipicidade dos meios de prova. As provas atípicas	117
13.4. Proibição de prova ilícita	119
13.4.1. Generalidades	119
13.4.2. Prova moralmente ilegítima.....	119
13.4.3. Prova ilícita e prova ilegítima	120
13.4.4. Critérios para aferição da ilicitude.....	120
13.4.5. Provas ilícitas por derivação.....	121
13.4.6. Exceções à proibição da prova ilícita por derivação. Art. 157 do Código de Processo Penal.....	121
13.4.7. Prova ilícita negocial.....	122
13.4.8. Direito fundamental à produção de prova e direito fundamental a não ter contra si uma prova produzida ilicitamente	122
13.4.9. Proibição de prova ilícita e proteção da intimidade e da privacidade.....	124
13.4.10. Proibição de prova ilícita e sigilo telefônico	124
13.4.11. Interceptação telefônica para instrução processual civil.....	125
13.4.12. Proibição de prova ilícita e aplicativos de mensagens.....	126
13.4.13. Consequência da inadmissibilidade da prova por ilicitude	128
13.4.14. Decisão baseada em prova ilícita: nulidade e rescindibilidade.....	130
13.5. Sistema de valoração da prova pelo juiz: convencimento motivado ou persuasão racional.....	131
13.5.1. Generalidades	131
13.5.2. “Livre” convencimento motivado	131
13.5.3. Limites à valoração da prova pelo juiz.....	132
13.5.3.1. Prova constante dos autos, corolário do princípio do contra- ditório.....	132
13.5.3.2. Motivação racional	132
13.5.3.3. Motivação controlável	133
13.5.3.4. Regras episódicas de prova legal.....	133
13.5.3.5. Respeito às regras da experiência	135
13.6. Ônus da prova.....	136
13.6.1. Conceito. Dimensões (funções) objetiva e subjetiva	136
13.6.2. Ônus da prova como regra de julgamento e de aplicação subsidiária	140
13.6.3. Distribuição legal do ônus da prova	140
13.6.3.1. Generalidades.....	140
13.6.3.2. A “inversão ope legis” do ônus da prova	143
13.6.3.3. Prova diabólica. Prova duplamente diabólica	144
13.6.3.4. Ônus da prova de fato negativo	147

13.6.4. Distribuição convencional do ônus da prova.....	150
13.6.5. Distribuição do ônus da prova feita pelo juiz	153
13.6.5.1. Generalidades.....	153
13.6.5.2. Pressupostos formais gerais.....	155
13.6.5.2.1. Decisão motivada.....	155
13.6.5.2.2. Momento da redistribuição	156
13.6.5.2.3. Proibição de a redistribuição implicar prova diabólica reversa.....	157
13.6.5.2.4. Regra de ônus da prova que pode ser alterada por decisão judicial.....	158
13.6.5.3. A regra geral de distribuição do ônus da prova feita pelo juiz.....	158
13.6.5.4. A inversão do ônus da prova feita pelo juiz em causas de consumo.....	162
13.6.5.5. A inversão do ônus da prova em benefício do titular de dados	163
14. Prova emprestada	164
14.1. Generalidades	164
14.2. Respeito ao contraditório.....	165
14.3. Critérios de valoração da prova emprestada.....	166
14.4. Prova emprestada produzida em segredo de justiça	166
14.5. Prova produzida por juízo incompetente	167
14.6. Interceptação telefônica autorizada no processo penal como prova emprestada no juízo cível.....	167
15. Preclusão para o juiz em matéria de prova.....	169
16. Conexão probatória e cooperação jurisdicional nacional (art. 69, CPC)	172
Capítulo 3 ► Produção antecipada da prova	173
1. Generalidades	173
2. Natureza jurídica.....	175
3. Fundamentos do pedido de produção antecipada de prova e petição inicial	176
4. O processo de justificação.....	178
5. Competência	179
6. Competência para a produção antecipada de prova e arbitragem.....	181
7. Tutela provisória liminar do direito à produção da prova.....	182
8. Citação dos interessados.....	182
9. Despacho inicial e esboço do procedimento.....	184
10. Produção antecipada da prova e interrupção da prescrição	185
11. Defesa e recursos.....	185
12. Pedido contraposto de produção antecipada de prova	187
13. Intervenção de terceiro atípica: ampliação do polo passivo.....	188

14. Sentença, Coisa julgada e entrega dos autos	189
15. honorários advocatícios de sucumbência	190
Capítulo 4 ► Depoimento pessoal	193
1. Noções gerais	193
2. Espécies: o depoimento por provocação, o interrogatório e o autodepoimento	194
3. Depoimento do <i>presentante</i> e do <i>representante</i>	198
4. Recusa de depor	199
4.1. Noção	199
4.2. Escusa de depor	199
4.2.1. Noção	199
4.2.2. Direito ou dever de silêncio	200
4.2.3. Direito ao silêncio em relação a fatos criminosos ou torpes	201
4.2.4. Direito ao silêncio sobre fatos relacionados à vida familiar ou à atividade profissional	204
4.2.5. Regra geral de escusa	206
5. Procedimento do depoimento	207
Capítulo 5 ► Confissão	209
1. Generalidades	209
2. Natureza jurídica	210
3. Distinções	211
3.1. Confissão e reconhecimento do pedido	211
3.2. Confissão e admissão	213
4. Espécies de confissão	214
5. Eficácia da confissão	215
6. Ineficácia da confissão de quem não pode dispor dos direitos relacionados aos fatos confessados	217
7. A eficácia da confissão por representante	219
8. Irrevogabilidade da confissão	220
9. Invalidação da confissão	220
9.1. Generalidades	220
9.2. Impossibilidade de invalidação da confissão por dolo	221
9.3. O erro de fato como causa de invalidação	222
10. Indivisibilidade da confissão	224
Capítulo 6 ► Prova documental, ata notarial e exibição de documento ou coisa	225
1. Conceito de documento	225
1.1. Noção histórica de documento	225

1.2.	Definição atual de documento.....	228
1.3.	Documento não é apenas documento escrito.....	229
2.	Documento e prova documental.....	230
3.	Prova documental e prova documentada.....	231
4.	Importância da prova documental.....	234
5.	Elementos do documento.....	236
5.1.	Autoria do documento.....	236
5.1.1.	Autoria material e autoria intelectual.....	236
5.1.2.	Documento autógrafo e heterógrafo.....	237
5.1.3.	Documentos públicos e particulares.....	238
5.1.4.	Subscrição e identificação da autoria.....	239
5.1.5.	Autenticidade.....	240
5.2.	Suporte.....	241
5.2.	Conteúdo.....	243
6.	Documento e instrumento.....	245
7.	Data do documento.....	245
8.	Eficácia probatória do documento.....	247
8.1.	Introdução.....	247
8.2.	Força probante dos documentos públicos.....	248
8.2.1.	Fé pública e presunção de autenticidade e de veracidade do conteúdo do documento público.....	248
8.2.2.	A caracterização da escritura pública como “prova plena”. Crítica à utilização da expressão “prova plena”.....	249
8.2.3.	O instrumento público como forma solene do ato jurídico (art. 406, CPC).....	251
8.2.4.	O documento público irregular (art. 407, CPC).....	253
8.3.	Força probante dos documentos particulares.....	256
8.3.1.	Autenticidade e veracidade do conteúdo do documento particular (art. 408, caput, CPC).....	256
8.3.2.	Eficácia probatória dos documentos testemunhais (art. 408, p. único, CPC).....	258
8.3.3.	Eficácia probatória do telegrama, radiograma, do fac-símile e dos outros meios de transmissão de dados.....	258
8.3.4.	Eficácia probatória das cartas, dos registros domésticos e das notas lançadas pelo credor no documento representativo da obrigação.....	259
8.3.5.	Eficácia probatória dos livros empresariais e da escrituração contábil.....	261
8.3.6.	Indivisibilidade do documento particular (art. 412, p. único, CPC) e da escrituração contábil (art. 419, CPC).....	262
8.4.	Originais, cópias, certidões e traslados.....	263
9.	Ata notarial (art. 384, CPC).....	267
10.	Vícios do documento: a irregularidade e a falsidade.....	271
11.	Documento eletrônico.....	273

11.1. Noção.....	273
11.2. Segurança e confiabilidade.....	276
11.2.1 Generalidades.....	276
11.2.2. A presunção de integridade e de autenticidade dos documentos gerados no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).....	279
11.2.3. A possibilidade de usar métodos de certificação de documentos públicos e particulares fora do âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil): hipótese típica de negócio probatório.....	280
11.3. O processo em autos eletrônicos.....	283
11.4. O documento eletrônico no processo em autos de papel.....	284
12. <i>Blockchain</i>	285
12.1. O que é <i>blockchain</i>	285
12.2. Segurança e imutabilidade.....	288
12.3. Transparência.....	290
12.4. <i>Blockchain</i> como prova atípica.....	291
12.5. <i>Ethereum</i> e a ampliação do uso da <i>blockchain</i>	293
13. Produção da prova documental.....	294
13.1. Momentos da proposição e da produção da prova. O “ <i>document dump</i> ” como ilícito processual.....	294
13.2. Juntada posterior de documentos.....	297
13.3. Momento para manifestação sobre os documentos (art. 437, CPC).....	299
13.4. Possíveis atitudes da parte contra quem a prova documental é produzida (art. 436, CPC).....	299
14. Meios de obtenção da prova documental.....	300
14.1. Requisição de documentos (art. 438, CPC).....	300
14.2. Exibição de documento ou coisa (arts. 396 a 404, CPC).....	303
14.2.1. <i>Generalidades</i>	303
14.2.2. <i>Pedido de exibição formulado em face da parte adversária</i>	305
14.2.3. <i>Procedimento da exibição promovida em face de terceiro particular</i>	309
14.2.4. Exibição de documentos e produção antecipada de prova.....	312
14.2.5. Exibição de documentos e negócios processuais. O Redfern Schedule.....	314
14.2.6. Exibição de documentos e a fishing expedition.....	315
15. Arguição de falsidade.....	318
15.1. Noção.....	318
15.2. Natureza jurídica e finalidade.....	319
15.3. Legitimidade e interesse.....	320
15.4. Procedimento.....	321
Capítulo 7 ► Prova testemunhal	323

1.	Noções gerais.....	323
2.	Admissibilidade da prova testemunhal.....	324
3.	Capacidade para testemunhar.....	326
3.1.	Generalidades.....	326
3.2.	Incapazes de testemunhar. As relações entre o CPC, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Lei n. 13.431/2017.....	327
3.3.	Impedidos de testemunhar.....	331
3.4.	Suspeitos para testemunhar.....	331
3.5.	O art. 228 do Código Civil.....	332
3.6.	A possibilidade de testemunho de pessoas incapazes, impedidas e suspeitas.....	333
4.	Direito ao silêncio.....	333
5.	Local e tempo do testemunho.....	334
6.	Juntada do rol e intimação da testemunha.....	337
7.	Substituição da testemunha.....	339
8.	Procedimento de colheita do depoimento.....	340
8.1.	Método de inquirição.....	340
8.2.	Qualificação e contradita.....	340
8.3.	Compromisso e escusa de depor.....	341
8.4.	Inquirição direta pelos advogados e pelo juiz.....	341
8.5.	Testemunho em língua estrangeira e em Libras.....	345
8.6.	Dever de urbanidade.....	345
8.7.	Testemunhos em conferência (<i>witness conferecing</i> ou <i>hot tubbing</i>).....	345
8.8.	Testemunho por escrito (<i>witness statement</i>).....	347
9.	Documentação do testemunho.....	348
Capítulo 8 ► Prova pericial.....		351
1.	Conceito e generalidades.....	351
2.	Fontes da prova pericial.....	354
3.	Espécies de perícia.....	356
4.	O perito e o assistente técnico.....	359
4.1.	O perito e suas funções.....	359
4.2.	Requisitos para escolha do perito.....	362
4.3.	Nomeação de mais de um perito. Perícia complexa. <i>Expert teaming</i>	367
4.4.	Escusa e recusa do perito.....	368
4.5.	Substituição do perito.....	371
4.6.	Assistente técnico e suas funções.....	372
4.7.	Quadro comparativo.....	373
5.	Admissibilidade.....	373

6.	Procedimento de produção da prova pericial	375
6.1.	Requerimento ou determinação de ofício	375
6.2.	Nomeação do perito, indicação do assistente e formulação de quesitos	376
6.3.	Realização da perícia. A “teleperícia”	378
6.4.	Conteúdo do laudo pericial	380
6.5.	Manifestação das partes. Esclarecimentos do perito	383
7.	Perícia em local diverso	386
8.	Perícia simplificada	386
9.	A cadeia de custódia e sua aplicação no processo civil	388
10.	Escolha consensual do perito	389
11.	Valoração do resultado da perícia. Possibilidade de “segunda perícia” ou “outra perícia”	390
12.	Despesas.....	395
Capítulo 9 ► Inspeção judicial		401
1.	Noção.....	401
2.	Postulação e admissão/determinação da prova. Momento adequado para a sua produção.....	401
3.	Inspeção como prova principal e única.....	402
4.	Fonte da inspeção	402
5.	Inspeção de pessoa. O direito de não ser inspecionado.....	403
6.	Inspeção de pessoa (terceiro)	403
7.	Inspeção direta e indireta	404
8.	Inspeção indireta como perícia informal	404
9.	Partes assistidas por <i>expert</i>	405
10.	Local da inspeção	405
11.	Participação das partes na produção da prova.....	405
12.	Conclusão e documentação da inspeção. Auto da inspeção como pressuposto de existência	406
13.	Documentação da inspeção feita na sede do juízo	406
14.	Manifestação sobre resultado da prova	407
Capítulo 10 ► Decisão judicial.....		409
1.	Nota introdutória.....	409
2.	Sistematização dos pronunciamentos judiciais	410
2.1.	Introdução: conceito e classificação dos pronunciamentos judiciais	410
2.2.	As decisões proferidas pelo juízo singular.....	410
2.2.1.	Generalidades	410
2.2.2.	Sentença.....	410
2.2.3.	Decisão interlocutória.....	412

2.3.	As decisões proferidas em órgão colegiado.....	413
2.4.	Decisões unipessoais proferidas em tribunal.....	414
3.	A sentença como norma jurídica individualizada.....	414
4.	Elementos da decisão judicial.....	418
4.1.	Introdução	418
4.2.	Relatório.....	418
4.3.	Fundamentação	419
4.3.1.	A legitimação da atividade jurisdicional e a regra da motivação.....	419
4.3.2.	Racionalidade e controlabilidade	422
4.3.3.	Integridade e coerência	425
4.3.4.	O conteúdo da fundamentação.....	425
4.3.4.1.	Fundamentação de admissibilidade e fundamentação de mérito..	426
4.3.4.2.	Fundamentação de fato e fundamentação de direito.....	427
4.3.5.	Dever de observância das consequências práticas da decisão (art. 20 da LINDB).....	433
4.3.5.1.	Introdução.....	433
4.3.5.2.	O propósito do art. 20 da LINDB.....	434
4.3.5.3.	Estrutura normativa	435
4.3.5.3.1.	Postulado hermenêutico.....	436
4.3.5.3.2.	Dever de motivação	440
4.3.5.3.3.	O art. 20 da LINDB e o art. 489 do CPC.....	441
4.3.5.4.	O dever de considerar as consequências práticas da decisão	442
4.3.5.4.1.	Introdução: o pragmatismo jurídico e seus riscos	442
4.3.5.4.2.	Conteúdo dogmático do dever de considerar as consequências práticas da decisão	443
4.3.5.5.	Conclusão do ponto e balanço crítico.....	448
4.3.6.	Decisão sem fundamentação.....	450
4.3.6.1.	Ausência de fundamentação e fundamentação deficiente	450
4.3.6.2.	Exemplos de decisões não fundamentadas (art. 489, § 1º, CPC).....	450
4.3.6.2.1.	Decisão que se limita à indicação, reprodução ou paráfrase do ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida (art. 489, § 1º, I).....	452
4.3.6.2.2.	Decisão que emprega conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso (art. 489, § 1º, II)	455
4.3.6.2.3.	Decisão que invoca motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão (art. 489, § 1º, III)	459
4.3.6.2.4.	Decisão que não enfrenta todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador (art. 489, § 1º, IV).....	461

4.3.6.2.5.	Decisão que se limita a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos (art. 489, § 1º, V).....	465
4.3.6.2.6.	Decisão que deixa de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento (art. 489, § 1º, VI)	467
4.3.6.2.7.	Decisão que deixa de indicar as consequências práticas da solução adotada com base em princípio normativo menos densificado.....	469
4.3.6.2.8.	Outros exemplos.....	469
4.3.6.2.9.	Dever de consideração de todos os argumentos suscitados (art. 489, § 1º, IV) e decisão de organização do processo prevista no art. 357, CPC	474
4.3.6.3.	Consequência da ausência de fundamentação	475
4.3.6.4.	O art. 489, § 1º e o ônus da fundamentação analítica dos atos postulatorios	477
4.3.7.	A fundamentação e a coisa julgada	477
4.4.	Dispositivo	481
4.4.1.	Conceito.....	481
4.4.2.	A teoria dos capítulos de sentença.....	485
4.4.3.	Repercussões da teoria dos capítulos de sentença	488
5.	Requisitos da decisão judicial	490
5.1.	A congruência da decisão judicial.....	490
5.2.	A congruência externa	491
5.2.1.	Introdução: a abrangência dos arts. 141 e 492 do CPC	491
5.2.2.	A congruência objetiva	494
5.2.2.1.	Decisão ultra petita	494
5.2.2.2.	Decisão extra petita	498
5.2.2.3.	Decisão citra petita.....	502
5.2.2.3.1.	Generalidades	502
5.2.2.3.2.	Espécies de decisão <i>citra petita</i>	503
5.2.2.3.3.	Problemas específicos da decisão <i>citra petita</i>	507
5.2.3.	A congruência subjetiva	508
5.3.	A congruência interna	511
5.3.1.	Introdução: uma comparação com os requisitos do pedido	511
5.3.2.	Certeza (art. 492, p. ún., CPC). A sentença condicional.....	511
5.3.3.	Liquidez.....	516
5.3.4.	Clareza e coerência	522
6.	Interpretação da decisão judicial.....	525

7.	Decisões objetivamente e/ou subjetivamente complexas	532
8.	Decisões definitivas e decisões provisórias. Decisões de mérito e decisões de admissibilidade	535
8.1.	As “sentenças definitivas” e as “sentenças terminativas”	535
8.2.	Classificação baseada na profundidade do exame (decisão definitiva e decisão provisória) e na natureza da questão decidida (decisão de admissibilidade e decisão de mérito)	537
9.	A decisão e o fato superveniente.....	539
9.1.	O art. 493 do CPC	539
9.2.	Causa de pedir e causa de defesa supervenientes	541
9.3.	Pressupostos para a aplicação do art. 493 do CPC	548
9.4.	Aplicação do art. 493 do CPC na instância recursal	549
10.	A decisão que acolhe exceção substancial dilatória	550
11.	Conteúdo da decisão.....	556
11.1.	Conteúdo e efeitos: distinção.....	556
11.2.	Classificação das decisões de procedência quanto ao seu conteúdo.....	558
11.2.1.	Introdução	558
11.2.2.	Decisões condenatórias.....	560
11.2.3.	Decisões constitutivas	563
11.2.4.	Decisões meramente declaratórias.....	567
12.	Efeitos da decisão judicial.....	569
12.1.	Eficácia principal	569
12.2.	Eficácia reflexa.....	569
12.3.	Eficácia anexa (eficácia de fato).....	571
12.3.1.	Generalidades	571
12.3.2.	Hipoteca judiciária	572
12.4.	Eficácia probatória.....	577
13.	Decisão determinativa	579
14.	Publicação, retratação e integração da decisão.....	581
Capítulo 11 ► Precedente judicial		585
1.	Noções fundamentais.....	585
1.1.	Decisão, precedente e <i>ratio decidendi</i> (ou <i>holding</i>)	585
1.2.	<i>Obiter dictum</i> (ou <i>dictum</i>).....	588
1.3.	Identificação da <i>ratio decidendi</i> (ou <i>holding</i>)	591
1.4.	Espécies de decisão e precedente	595
1.4.1.	Decisão de admissibilidade, decisão de mérito e o precedente.....	595
1.4.2.	Decisão que homologa autocomposição e precedente	595
2.	A norma do precedente	596

3.	Eficácia jurídica do precedente	598
3.1.	Precedente como ato-fato jurídico	598
3.2.	Efeitos dos precedentes.....	599
3.2.1.	Generalidades	599
3.2.2.	Precedente com eficácia vinculante/obrigatória	600
3.2.3.	Precedente com eficácia persuasiva.....	601
3.2.4.	Precedente com eficácia de obstar a revisão de decisões.....	602
3.2.5.	Precedente com eficácia de obstar a invalidação de ato jurídico	603
3.2.6.	Precedente com eficácia autorizante.....	604
3.2.7.	Precedente com eficácia rescindente ou deseficacizante.....	605
3.2.8.	Precedente que permite revisão de coisa julgada	606
3.3.	Precedentes obrigatórios no Direito brasileiro	607
3.3.1.	Generalidades	607
3.3.2.	Classificação pelo procedimento de formação	610
3.3.2.1.	Precedentes oriundos de decisões em controle concentrado de constitucionalidade feito pelo Supremo Tribunal Federal	610
3.3.2.2.	Precedentes cuja ratio decidendi foi enunciada em súmula.....	611
3.3.2.3.	Precedentes produzidos por incidente em julgamento de tribunal: casos repetitivos e assunção de competência. O microsistema de formação concentrada de precedentes obrigatórios	612
3.3.2.4.	Precedentes oriundos do plenário ou do órgão especial	613
3.4.	Reconstruindo algumas normas jurídicas fundamentais (princípios e regras) à luz da eficácia dos precedentes no direito brasileiro	614
3.4.1.	Princípio da legalidade.....	614
3.4.2.	Princípio da igualdade.....	615
3.4.3.	Princípio da segurança jurídica	616
3.4.4.	Regra da motivação das decisões judiciais	618
3.4.5.	Princípio do contraditório	619
3.5.	Distinção entre a eficácia do precedente, coisa julgada e eficácia da intervenção.....	620
4.	Deveres gerais dos tribunais relacionados ao sistema de precedentes judiciais	621
4.1.	Generalidades	621
4.2.	Dever de uniformização da jurisprudência	622
4.3.	Dever de manter a jurisprudência estável.....	623
4.4.	Dever de dar publicidade aos precedentes	624
4.5.	Dever de coerência e dever de integridade.....	624
4.5.1.	Premissas	624
4.5.2.	Dever de coerência	628
4.5.2.1.	Generalidades.....	628
4.5.2.2.	Alguns critérios para aferição da coerência	630

4.5.2.2.1.	Conformidade com o repertório conceitual da Teoria Geral do Direito e da Dogmática Jurídica.....	630
4.5.2.2.2.	Recondução a uma mesma norma superior	632
4.5.2.2.3.	Conformidade com a regra que impõe requisitos para a congruência interna da decisão	633
4.5.3.	Dever de integridade	633
5.	A dinâmica do precedente.....	636
5.1.	Súmula, jurisprudência e precedente. Produção e interpretação. Técnica de redação de enunciado sumulado.....	636
5.2.	Técnica de confronto, interpretação e aplicação do precedente: <i>distinguishing</i>	641
5.3.	Técnicas de superação do precedente: <i>overruling</i> e <i>overriding</i>	644
5.3.1.	Generalidades	644
5.3.2.	<i>Overruling</i> difuso e <i>overruling</i> concentrado.....	647
5.3.3.	Fundamentação do <i>overruling</i>	648
5.3.4.	Eficácia temporal da revogação do precedente	650
5.3.5.	Modulação de efeitos da superação do precedente. A sinalização (<i>signaling</i>). Regime de transição e respeito aos atos constituídos sob a orientação anterior (arts. 23 e 24 da LINDB).....	652
5.3.6.	Superação antecipada (<i>anticipatory overruling</i>)	659
5.3.7.	Superação parcial (<i>overriding</i>)	660
6.	A “súmula vinculante”	661
Capítulo 12 ► Coisa julgada		667
1.	Coisa julgada – noção. Efeito negativo e positivo da coisa julgada.....	667
2.	A coisa julgada como efeito jurídico.....	669
3.	Pressupostos para a formação da coisa julgada	670
4.	Fundamento constitucional da coisa julgada	671
5.	Coisa julgada formal	672
6.	Coisa julgada e tríplice identidade	673
7.	Regimes de formação da coisa julgada: coisa julgada <i>pro et contra</i> , <i>secundum eventum litis</i> e <i>secundum eventum probationis</i>	674
8.	Coisa julgada e negócios processuais	675
9.	Limites objetivos da coisa julgada	677
9.1.	Generalidades	677
9.2.	Revisão de noções sobre a teoria da cognição judicial	678
9.2.1.	Questão principal e questão incidental.....	678
9.2.2.	Conceito de mérito (objeto litigioso) – visão tradicional	678
9.2.3.	Conceito de mérito (objeto litigioso) – posição adotada – o exercício do contradireito pelo réu.....	679
9.3.	Questão principal expressamente decidida.....	681
9.4.	Decisão de mérito	681

9.5.	Coisa julgada parcial. A ação rescisória contra coisa julgada parcial.....	681
9.6.	Decisões de conteúdo processual e coisa julgada.....	685
9.7.	Incidentes processuais e coisa julgada	687
9.8.	Extensão da coisa julgada às questões prejudiciais incidentais	688
9.8.1.	Conceito de questão prejudicial	688
9.8.2.	Questão prejudicial expressa e incidentalmente decidida.....	689
9.8.3.	Questão prejudicial incidental expressamente decidida e efeito devolu- tivo do recurso.....	691
9.8.4.	Dois regimes jurídicos distintos de coisa julgada: coisa julgada relativa à solução da questão principal e coisa julgada relativa à solução da questão prejudicial incidental.....	692
9.8.5.	Impedimentos à extensão da coisa julgada à resolução da questão prejudicial incidental.....	692
9.8.5.1.	Objecção de impertinência	692
9.8.5.2.	Objecção de ausência de contraditório	693
9.8.5.3.	Objecção de incompetência	695
9.8.5.4.	Objecção de cognição insuficiente	695
9.8.5.5.	Objecção de ausência de remessa necessária.....	696
9.8.6.	Alegação das objeções à extensão da coisa julgada à prejudicial incidental..	697
9.8.7.	Instrumento para o controle da coisa julgada relativa à prejudicial incidental.....	697
9.8.8.	Questão prejudicial principal	698
9.8.9.	A sobrevivência da ação declaratória incidental	698
9.8.10.	Ação declaratória autônoma	699
9.8.11.	Direito transitório.....	699
9.9.	Questões cuja resolução não se torna indiscutível pela coisa julgada	700
10.	Limites subjetivos da coisa julgada	701
10.1.	Regra geral.....	701
10.2.	Hipóteses de extensão da coisa julgada a terceiros.....	702
10.3.	Coisa julgada e obrigações solidárias (art. 274 do Código Civil)	703
11.	Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	707
12.	Limites temporais da coisa julgada	710
12.1.	Generalidades	710
12.2.	Coisa julgada e relações jurídicas de trato continuado (art. 505, I)	711
12.3.	Instrumentos de controle da coisa julgada.....	716
12.4.	Teoria da relativização atípica da coisa julgada	717
13.	Coisa julgada e ações concorrentes	720
Capítulo 13 ► Tutela provisória		723
1.	Noções gerais.....	723

1.1.	Tutela definitiva: satisfativa e cautelar.....	723
1.2.	Características da tutela cautelar.....	724
1.2.1.	Referibilidade e temporariedade.....	724
1.2.2.	A coisa julgada cautelar.....	725
1.3.	Síntese.....	728
2.	“Tutela provisória”: antecipação provisória dos efeitos da tutela definitiva.....	729
2.1.	Generalidades.....	729
2.2.	Características.....	730
2.3.	Espécies de tutela provisória: satisfativa (antecipada) e cautelar.....	731
3.	Regime jurídico da tutela provisória: regras gerais.....	732
3.1.	Introdução terminológica.....	732
3.2.	Fundamento: urgência ou evidência.....	732
3.3.	Forma de requerimento: incidental ou antecedente.....	734
3.4.	Legitimidade.....	736
3.5.	Cabimento.....	739
3.6.	Momento da concessão.....	741
3.6.1.	Considerações iniciais.....	741
3.6.2.	Liminarmente.....	742
3.6.3.	Na sentença.....	745
3.6.4.	Em grau recursal.....	746
3.7.	Manifestação do requerido.....	747
3.8.	Instrução.....	748
3.9.	Decisão.....	748
3.10.	Precariedade: modificação ou revogação a qualquer tempo.....	750
3.11.	Recurso.....	752
3.12.	Efeitos antecipáveis.....	752
3.13.	Forma de efetivação.....	754
3.14.	Concessão de ofício.....	758
4.	Tutela provisória de urgência.....	759
4.1.	Considerações iniciais.....	759
4.2.	Pressupostos gerais.....	761
4.2.1.	Probabilidade do direito.....	761
4.2.2.	Perigo da demora.....	762
4.3.	Pressuposto específico: reversibilidade da tutela provisória satisfativa.....	765
4.4.	Tutela de urgência satisfativa (antecipada) em caráter antecedente.....	768
4.5.	Estabilização da tutela de urgência satisfativa (antecipada).....	770
4.5.1.	Estabilização da decisão concessiva de tutela antecipada como técnica de monitorização do processo civil brasileiro.....	770

4.5.2.	Pressupostos da estabilização da decisão concessiva de tutela antecipada.....	773
4.5.2.1.	Requerimento de tutela provisória satisfativa antecedente	773
4.5.2.2.	Ausência de manifestação do autor pelo prosseguimento do processo para a tutela definitiva	774
4.5.2.3.	Decisão que concede a tutela provisória satisfativa antecedente ...	775
4.5.2.4.	Inércia do réu.....	776
4.5.2.5.	Síntese dos pressupostos para a estabilização da tutela provisória satisfativa e negócio processual atípico sobre o tema.....	780
4.5.3.	Ação de impugnação ou confirmação da decisão concessiva de tutela provisória satisfativa estabilizada	781
4.5.4.	Estabilização da tutela satisfativa antecedente e coisa julgada. Confronto com a ação monitória	782
4.5.5.	Despesas processuais e estabilização da tutela satisfativa antecedente	784
4.5.6.	Aplicação da técnica da estabilização da tutela provisória à tutela requerida em caráter incidental e à tutela provisória de evidência.....	785
4.6.	Tutela de urgência cautelar em caráter antecedente	786
4.7.	Fungibilidade das tutelas de urgência	790
5.	Tutela provisória de evidência.....	791
5.1.	Conceitos fundamentais.....	791
5.2.	Pressupostos	793
5.2.1.	Noções iniciais.....	793
5.2.2.	Tutela de evidência punitiva. Atos protelatórios e abusivos da parte.....	794
5.2.3.	Tutela de evidência documentada fundada em precedente obrigatório	799
5.2.4.	Tutela de evidência documentada de contrato de depósito.....	802
5.2.5.	Tutela de evidência documentada na ausência de contraprova documental suficiente	804
6.	Tutela provisória contra a Fazenda Pública.....	805
6.1.	Panorama legislativo – perspectiva histórica e atual	805
6.2.	Panorama doutrinário.....	807
6.3.	Panorama jurisprudencial	811
6.4.	Exigência de trânsito em julgado para a expedição do precatório (EC n. 30/2001 e n. 62/2009).....	814
6.5.	Tutela provisória para a obrigação de fazer, não fazer e dar coisa em face do Poder Público.....	817
6.6.	Tutela provisória contra o Poder Público em matéria tributária.....	818
Capítulo 14 ► Processo estrutural		821
1.	Histórico do assunto	821
2.	Conceitos	823
2.1.	Problema estrutural.....	823
2.2.	Processo estrutural.....	827

2.3. Decisão estrutural.....	829
3. Características	830
3.1. Características típicas, mas não essenciais: a multipolaridade, a coletividade e a complexidade.....	830
3.2. Características essenciais: o problema estrutural, a implementação de um estado ideal de coisas, o procedimento bifásico e flexível, e a consensualidade	835
4. Procedimento.....	836
4.1. Flexibilidade intrínseca e consensualidade.....	836
4.2. As duas fases do processo estrutural: o <i>standard</i> do processo falimentar.....	837
4.2.1. Primeira fase: constatação do estado de desconformidade e decisão estrutural que estabelece uma meta a ser atingida (um novo estado de coisas)	837
4.2.2. Segunda fase: implementação da meta estabelecida na decisão estrutural ...	838
4.2.2.1. Definição do tempo, modo e grau de reestruturação, do regime de transição e da forma de avaliação/fiscalização das medidas estruturantes.....	839
4.2.2.2. Liquidação estrutural	846
4.2.2.3. Decisões em cascata.....	848
4.3. Algumas técnicas de flexibilização do procedimento no processo estrutural	849
4.3.1. Atenuação das regras da congruência objetiva externa e da estabilização objetiva da demanda, com possibilidade de alteração do objeto.....	849
4.3.2. Legitimidade democrática pela abertura do processo à participação de terceiros	852
4.3.3. Atipicidade dos meios probatórios.....	853
4.3.4. Atipicidade das medidas executivas. Delegação de atividade executiva para entidades de infraestrutura específica (EIE): Claims Resolution Facilities	854
4.3.5. Atipicidade da cooperação judiciária.....	856
4.4. Adoção do procedimento comum do CPC, com trânsito de técnicas.....	858
Bibliografia	861